

Revista de Indias, 2018, vol. LXXVIII, núm. 272
Págs. 113-146, ISSN: 0034-8341
<https://doi.org/10.3989/revindias.2018.004>

Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX)*

por

Adriano Comissoli¹

Universidade Federal de Santa Maria (PPGH/UFSM)

A administração dos impérios ultramarinos da Era Moderna dependia em larga medida da manutenção de canais de comunicação entre suas diversas partes componentes. O artigo analisa a comunicação política para o caso português na América, com ênfase em espíões que atuaram na bacia do rio da Prata entre o final do século XVIII e o início do XIX. Avalia as modalidades de informantes e a logística envolvidas, identificando e analisando o primeiro nível dos operadores da informação, os quais atendiam pelas denominações de bombeiros, espias e vaqueanos. A perspectiva insere a atuação de nível local no panorama mais amplo de uma história Atlântica, compreendendo os papéis dos agentes destinados a coletar e repassar informações a comandantes militares e governadores como configurador de uma rede de comunicação permanente, responsável pela produção de inteligência em nível imediato e imperial.

PALAVRAS CHAVE: *comunicação política; espionagem; fronteira; império português; informação; rio da Prata.*

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO / CITATION: Comissoli, Adriano, “Bombeiros, espias e vaqueanos: agentes da comunicação política no sul da América portuguesa (Rio Grande de São Pedro, sécs. XVIII-XIX)”, *Revista de Indias*, LXXVIII/272 (Madrid, 2018): 113-146. <https://doi.org/10.3989/revindias.2018.004>

* Esta investigação conta com recursos do projeto “*Os espias continuam a ser empregados para trazerem mais notícias: comunicação, espionagem e poder (séculos XVIII e XIX)*”, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

¹ adrianocomissoli@hotmail.com, ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-5957-8518>.

Só o soberano iluminado e o comandante habilidoso que forem capazes de recrutar os homens inteligentes como espiões realizarão grandes tarefas.

Sun Tzu. A arte da guerra.

O presente artigo analisa a comunicação política dentro do império português, com especial atenção aos governadores, oficiais militares e informantes da capitania do Rio Grande de São Pedro no extremo sul da América. A ênfase é estudar espiões portugueses que atuaram na bacia do rio da Prata entre o final do século XVIII e o início do XIX. Tais agentes destinavam-se a coletar e repassar informações, configurando uma rede de comunicação permanente responsável pela produção de inteligência, elemento que veremos ser comum à sua contraparte espanhola, o que nos permite considerar como um fenômeno dos impérios ibéricos. Importa-nos avaliar as modalidades e a logística envolvidas para o que identificamos e analisamos o primeiro nível dos operadores envolvidos, os quais atendem pelas denominações de bombeiros, espias e vaqueanos. Verificaremos o uso de diferentes arranjos pessoais enquanto cruciais para o estabelecimento destes circuitos, bem como uma grande proporção de sujeitos de camadas subalternas e marginais da sociedade no universo de informantes, notadamente indígenas e afrodescendentes. Nossa perspectiva é a de inserir uma atuação de nível local no panorama mais amplo de uma história Atlântica, entendendo que a coleta de informações atua igualmente em nível imediato e imperial.

A comunicação política portuguesa é um tema amplo, ainda mais em se tratando de um verdadeiro “império de papel”, como o apelidou Hespanha.² A alcunha se deve não à fragilidade do construto político, mas ao fato do mesmo ser governado por incessante fluxo de cartas que se dirigiam de Lisboa para o além-mar e deste para a Corte. A correspondência e, por meio dela, a escrita eram atividades fundamentais na administração da vastidão espacial, interligando-a e aproximando as referências de seus modos de governar. Sobre este tema, felizmente, temos contado contribuições importantes, que ampliaram o entendimento da governabilidade do ultramar português, a participação dos poderes locais e o jogo de tensões que muitas vezes se desenvolve sobre as folhas de papel.³

Não se deve, contudo, reduzir nem a comunicação nem o sistema de inteligência ao mundo português ou ao recorte imediato deste trabalho. Alida Metcalf argumentou sobre a relevância dos *go-between* nos primeiros contatos

² Hespanha, 1994.

³ Bicalho, 2003. Frazão, 2006. Santos, 2007. Fragoso y Gouvêa, 2009.

entre europeus e americanos, ainda no século XVI. Esta expressão inglesa é de difícil tradução, pois refere-se simultaneamente a mensageiro, intérprete, intermediário, aquele que se move entre dois grupos geralmente rivais. São todos elementos que nos interessam, pois como veremos para o caso dos bombeiros e espiãs, a movimentação em situações dúbias e o transporte de mensagens serão definidores destas atividades. Para Metcalf este terceiro partido de mediadores e árbitros foi indispensável para a efetivação da conquista da América pelos europeus.⁴

A experiência espanhola, é importante frisar, conteve igual atividade. Uma rápida busca junto ao Portal de Archivos Españoles (PARES) localiza as informações contidas no Archivo General de Las Indias a respeito de Jua González Ponce de León, o qual atuou como intérprete e espião (*espía* em espanhol) na conquista de San Juan de Boriquen y Nueva España no ano de 1532.⁵ Trata-se de exato caso de ação de um *go-between*, indivíduo que se coloca a meio de dois grupos facilitando a comunicação, ainda que opere a favor de um deles. No século seguinte, informações políticas corriam por redes bem estabelecidas. A comunidade irlandesa na Nova Espanha compartilhava contatos entre si que sugerem, dentre outras possibilidades, a circulação de livros proibidos e panfletos de contestação política. Aqui a relevância do conhecimento pessoal e da confiança estabelecida pela convivência ou por laços de sangue adquire vulto para compreendermos o fenômeno social.⁶

A presença de redes de comunicação e de operadores especializados em seu uso não se fez ausente da Europa, é claro. Agentes duplos envolvidos em atividades culturais e políticas —muito frequentemente em ambas— atuaram por diversos pontos da Europa moderna. Mercadores de arte e de gêneros diversos, antiquários, músicos, pintores, embaixadores e príncipes reuniram e despacharam informações em locais tão díspares quanto Veneza, Suécia, Rússia e Roma, sobrepondo seus assuntos cotidianos aos serviços que prestavam a seus patronos.⁷ Redes de comunicação setecentistas permitiram o repasse de poemas satíricos que desabonavam Luís XV e sua amante entre a gente comum de Paris. A polícia identificou os envolvidos valendo-se de espiões remunerados.⁸

⁴ Metcalf, 2005.

⁵ *Informaciones: Juan González Ponce de León, 1532*, Archivo General de Indias, Audiencia de México, 203, n.º 19, consultado no Portal de Archivos Españoles http://pares.mcu.es/ParesBusquedas/servlets/Control_servlet?accion=3&txt_id_desc_ud=367742&fromagenda=N em 18/04/2015.

⁶ Prada, 2009.

⁷ Klebusek y Noldus, 2011.

⁸ Darnton, 2014.

Mas em que sentido trocas de mensagens podem nos auxiliar a compreender o funcionamento dos impérios ultramarinos para além da comprovação de que pessoas se comunicavam? Primeiramente, estamos tratando de uma forma de comunicação que servia à Coroa portuguesa, isto é, ao poder central de um império. As notícias, portanto, acumulavam conhecimento sobre determinado espaço e populações, alimentando um repertório que ao ser fixado na forma de cartas permitia seu arquivamento e conseqüentemente futura consulta.⁹ Dado que os informantes que abordaremos atuavam em meio à concorrência das Coroas ibéricas sobre o território do extremo sul da América é possível argumentar que incidiam sobre a construção ou delimitação de soberanias, as quais eram estabelecidas tanto por meio da ação legal e oficial quanto por iniciativas informais ou ilegais, por vezes mais eficazes. Benton afirma que muitas vezes a soberania dos impérios na América ou mesmo no oceano Atlântico estabelecia-se por meio de enclaves e corredores de controle.¹⁰

Acredito que a espionagem na fronteira platina pode ser entendida como um dos corredores mencionados por Benton, o qual funcionava intra e inter-imperialmente, isto é, conectando partes do império português entre si, mas também com o rival império espanhol. A presença de mercadores ingleses — de uma força militar em 1806 e 1807— adiciona mais um ator atlântico ao palco, ainda que este não seja abordado neste artigo específico. O que quero dizer é que não apenas as cartas cambiadas entre os governadores e os conselhos régios operacionalizavam o império, mas que a existência de informadores nas periferias do mesmo era fundamental para sua administração. Em suma, *go-betweens* eram atores sociais indispensáveis ao alargamento dos corredores de controle, ao trato interimperial e à construção das soberanias.

A ideia de comunicação política aplicada neste trabalho é a da troca de mensagens —especialmente as escritas— que versem sobre a gestão do cotidiano da sociedade.¹¹ O fundo documental Autoridades Militares, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, se presta a este objetivo de maneira bastante satisfatória, visto que a correspondência entre os oficiais das tropas regulares da capitania e seus superiores, notadamente os comandantes de fronteira, e destes com os governadores abrangem ampla gama de assuntos, desde os constantes pedidos por mais tropas e por abastecimento destas até a repressão a crimes, demarcação de terras e as diplomacias oficial e informal do dia a dia em uma região de fronteira.

⁹ Castillo Gómez, 2002.

¹⁰ Benton, 2010.

¹¹ Fragoso y Gouvêa, 2009: 58.

A aplicação de um estudo de comunicação política na fronteira entre impérios mostra-se privilegiado por quatro fatores. Primeiramente, por ser este um espaço no qual as possessões das Coroas ibéricas sobrepunham-se e contavam homogeneidade sócio-econômica. Estamos falando de um ponto de contato entre dois impérios ultramarinos, o que sugere não apenas uma fronteira imediata, mas uma fronteira atlântica, determinada também pelo intenso trânsito de embarcações nos portos de Rio Grande, Montevidéu e Buenos Aires. Não a única fronteira entre os impérios espanhol e português, mas uma de sensível beligerância, o que nos conduz ao segundo fator: a intensidade dos confrontos militares na região do rio da Prata, responsável pela militarização da sociedade e pelo estado de prontidão das tropas, os quais dotavam as informações obtidas de um caráter de vigilância e urgência. O terceiro fator diz respeito à alta frequência e largo volume documental gerado pela tensão bélica.

Finalmente, como consequência dos anteriores, é possível acompanhar a transmissão das notícias desde sua obtenção até atingir as altas instâncias da Coroa, o que permite analisar os canais de comunicação em sua totalidade. O avanço do trabalho desnuda uma bem elaborada rede de espionagem por parte dos portugueses, direcionada aos seus vizinhos do rio da Prata, região que figurava dentro das pretensões dos Bragança e que ganhará relevo na primeira década do oitocentos devido também ao panorama europeu. A formulação de certos planos só se fez possível graças às novidades obtidas no transitar dos campos sulistas ou no habitar em cidades hispânicas.

A FRONTEIRA POLISSÊMICA

É fundamental nos debruçar sobre o entendimento do conceito de fronteira. Zientara destacou o quão polissêmico pode ser, flutuando da simples linha demarcatória ao espaço no qual as relações sociais cambiam de forma gradual, sem demarcação clara.¹² Adelman e Aron apresentam visão semelhante, afastando-se da *frontier* clássica de Jackson Turner, pautada na narrativa eurocêntrica e laudatória da conquista americana, para mergulhar na fronteira enquanto processo, para a qual preferem a expressão *borderland*.¹³ O exemplo colocado pelos autores, o de uma zona de disputa interimperial nos Grandes Lagos, entremeadada por povos indígenas com aspirações e atuação própria se aproxima bastante da realidade que localizamos na bacia do rio da Prata.

¹² Zientara, 1989.

¹³ Adelman y Aron, 1999.

O território do extremo sul da América carrega esta multiplicidade de interpretações, seja para os agentes do período, seja para os investigadores atuais. Temos a fronteira projetada pelas Coroas ibéricas, que constava nos mapas e nos tratados diplomáticos, expressa em léguas exatas e na indicação de cursos d'água. Tratava-se de uma divisão eminentemente política, pois referia-se aos terrenos e povos sob controle de cada monarca: os vassallos portugueses respondiam a Sua Majestade Fidelíssima, os espanhóis, à Sua Majestade Católica. Não obstante, a fronteira não se esgotava na cartografia, da mesma forma que à soberania efetiva mostrava-se fluida e incerta.

Se nos centros decisórios europeus ela era considerada uma linha em um mapa, para os habitantes da região imediata era um fenômeno de contato antes do que de exclusão. Portugueses e espanhóis ocupavam espaços contíguos e interagiam constantemente, fosse por meio de ações destrutivas como a guerra e o roubo de gado, fosse por meio de comércio ou de devolução de desertores e escravos fugitivos, como frequentemente os oficiais militares praticavam. A presença lusa nas cidades hispânicas é bastante precoce como o demonstraram Ceballos e Prado.¹⁴ Este último acompanhou a passagem de comerciantes lusos da Colônia do Sacramento para a cidade de Montevidéu, a partir de 1777, percebendo sua difusão pela cidade e sua participação ativa no comércio de longa distância. A fronteira era um espaço de variadas formas de interação.

A capitania portuguesa do Rio Grande de São Pedro, portanto, formava um espaço de fronteira junto ao vice-reino espanhol do rio da Prata. Por espaço de fronteira proponho que era parte integrante de uma fronteira atlântica, uma zona de intersecção entre diferente impérios, além de contrastar as culturas europeias e indígenas. Neste território de soberania fluida os vassallos de ambas as Coroas se deslocavam, conviviam e não raro cruzavam os limites oficiais.

A concorrência tomou forma na invasão espanhola à vila de Rio Grande em 1763 e no estado de guerra que se seguiu pelos treze anos seguintes, quando em 1776 foi retomada pelas forças lusas. No ano seguinte os espanhóis efetuaram uma nova invasão, desta vez na ilha de Santa Catarina e na Colônia de Sacramento. O avanço se deteve com a assinatura do tratado de Santo Ildefonso (1777). Por quase um quarto de século os conflitos recuaram, mas nova guerra eclodiu em 1801, culminando na anexação dos setes povos missioneiros a oriente do rio Uruguai. A paz novamente se fez relativa, visto que ambos os lados faziam pouco caso dos limites arbitrados e adentravam os

¹⁴ Ceballos, 2008: 6. Prado, 2009.

MAPA 1: AS TERRAS DISPUTADAS, COM DESTAQUE PARA A REGIÃO DA FRONTEIRA LUSO-HISPÂNICA

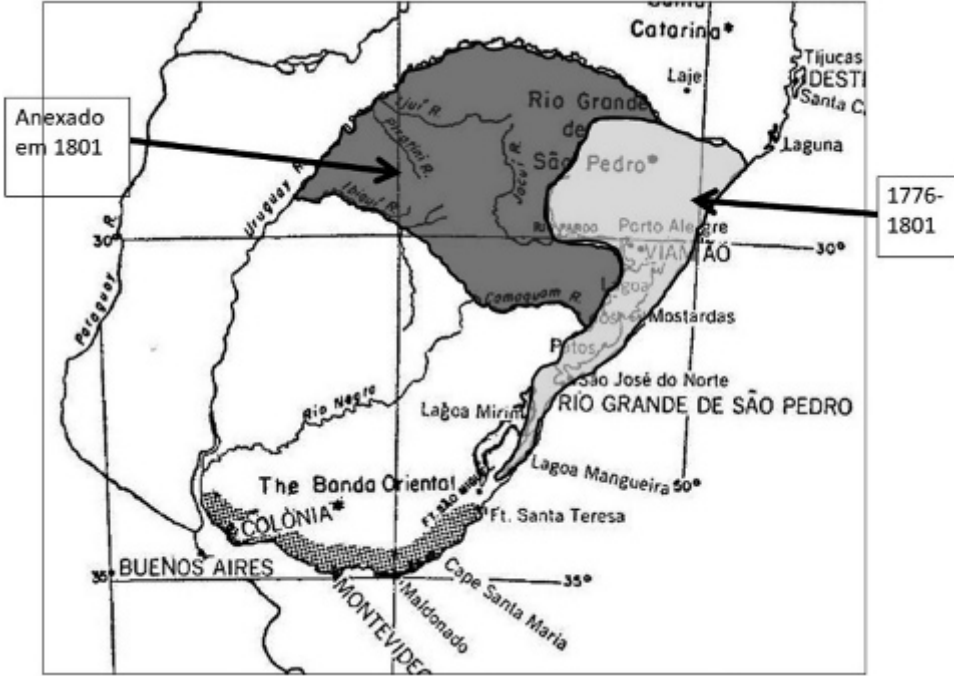


Fonte: Alden, 1968. Modificado para fins deste trabalho.

terrenos pertencentes a seu vizinho. Nova onda de enfrentamentos se iniciou com o processo de emancipação do vice-reino do rio da Prata a partir de 1810.

No que tange à jurisdição militar a capitania lusa comportava três comandos: Porto Alegre, Rio Grande e Rio Pardo. Os dois últimos eram entendidos como setores distintos, recebendo a denominação de fronteira do Rio Grande e fronteira do Rio Pardo, com seus respectivos comandantes e sediadas nas povoações de mesmo nome. Rio Grande controlava a porção mais meridional dos domínios portugueses. Dividia-se em onze distritos militares com efetivo

MAPA 2: TERRITÓRIO SOB CONTROLE PORTUGUÊS ENTRE 1776 E 1801
E ÁREA ANEXADA EM 1801

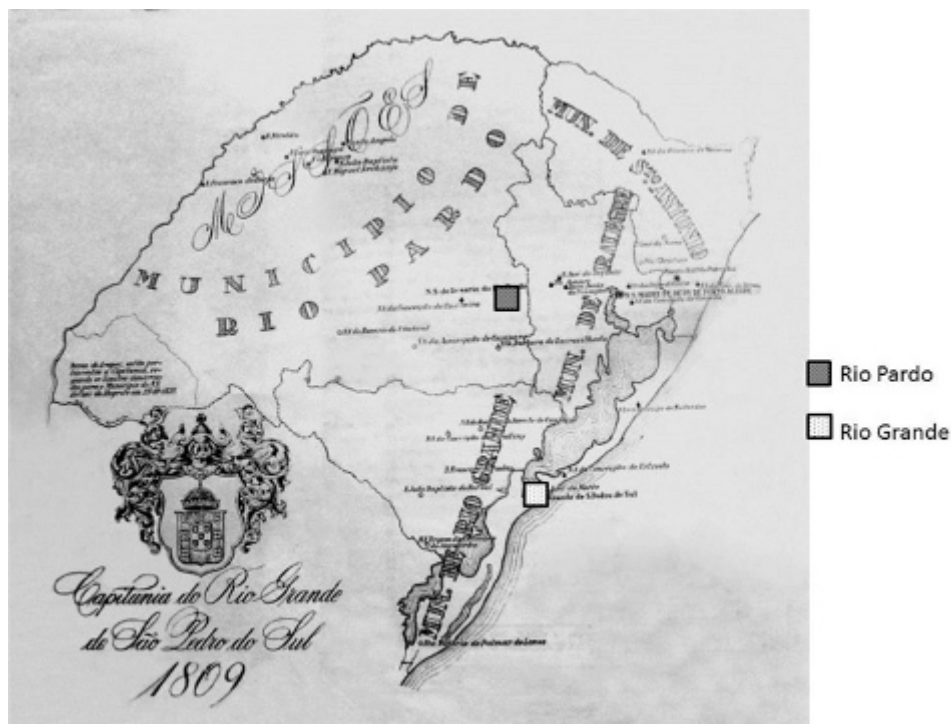


Fonte: Alden, 1968. Modificado para fins deste trabalho.

de 403 homens, além de abrigar a Legião de Cavalaria Ligeira, força exclusiva da capitania. O oficial comandante desde 1777 era Manuel Marques de Souza. A do Rio Pardo tinha comando no quartel do prestigiado regimento de Dragões. Seu encarregado era Patrício José Correia da Câmara, cuja responsabilidade era a porção ocidental da capitania, a qual em 1801 adicionou o amplo território das Missões e passou a contar treze distritos, os quais em 1805 dispunham de 315 defensores das tropas regulares.¹⁵ O mapa 3 se ocupa de apresentar a abrangência de cada comando.

¹⁵ *Ofício de Dom Diogo de Sousa ao visconde de Anadia*, 11 de outubro de 1807, Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Lisboa, Documentos manuscritos avulsos referentes à capitania do Rio Grande do Sul, ex. 12 doc. 746. CD-Rom do Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

MAPA 3: AS FRONTEIRAS DO RIO GRANDE E DO RIO PARDO



Fonte: Arquivo Histórico Moysés Vellinho, Porto Alegre (Brasil), Mapoteca, H1, gaveta 01, cinza-1. Modificado para fins deste trabalho.

Os comandos das duas fronteiras meridionais foram os locais de redação da maioria das correspondências localizadas em nossa investigação, esgotando o intervalo 1790-1804.¹⁶ As missivas, via de regra, foram redigidas pelos comandantes de fronteiras e direcionadas aos governadores da capitania. Marques de Souza e Corrêa da Câmara desempenharam o papel de nodos da rede de informação portuguesa, aglutinando as notícias que lhes chegavam de diferentes canais: bilhetes e cartas de seus oficiais subordinados, relatos orais de batedores, questionamento de viajantes e informes diversos. Todos os canais eram válidos para manter-se a par do que ocorria no sul da América, no Rio de Janeiro e na Europa.

¹⁶ Maços 1 a 8 do fundo Autoridades Militares.

Não obstante o antagonismo em relação ao rio da Prata, a temporalidade engloba o apaziguamento e as tentativas de aproximação entre as Coroas ibéricas, incluindo a assinatura do tratado de 1777 e os casamentos dos infantes lusos Dom João e Dona Mariana Vitória com os espanhóis Dona Carlota Joaquina e Dom Gabriel (1785). Entretanto, a pressão inglesa e francesa por uma tomada de posição de seus aliados de segunda grandeza e o episódio chamado Guerra das Laranjas impediram tal intento. Na região platina o cenário permaneceu constantemente tenso, mantendo a necessidade de vigilância. A retomada dos projetos bragantinos para o extremo sul americano, alimentados pelo secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, a anexação portuguesa dos sete povos das missões orientais em 1801 e a tensão militar na fronteira obrigaram seus comandantes a manterem-se alertas.

OS BOMBEIROS E OS ESPIAS

A fim de demonstrar a existência de uma rede de comunicação baseada em informantes e espiões é essencial compreender como se obtinham as informações repassadas aos comandantes e governadores. A leitura de 160 documentos com número variável de cartas indica dois modos de coletar notícias. O primeiro consiste em utilizar patrulhas e batedores que circulando pela região da campanha entre a capitania do Rio Grande de São Pedro e a Banda Oriental (ver mapas 1 e 2) procuravam identificar a movimentação de tropas espanholas, localizar contrabandistas, desertores e foragidos. O segundo é o dos espias localizados em cidades hispano-americanas com a finalidade de manter as autoridades portuguesas devidamente atualizadas tanto de iniciativas militares quanto dos humores políticos, essencial nos agitados anos das duas primeiras décadas do século XIX.

Um bombeiro é descrito pelo dicionário de Antonio Moraes e Silva, de 1789, como alguém “que sabe a composição das bombas de guerra, e modo de as atirar”.¹⁷ Trata-se de um artilheiro, função importante para a execução da guerra moderna. No sul da América, contudo, a expressão adquirira uso diverso, ao referir-se aos homens que se adiantavam em terreno inimigo como batedores e vigias, atividade igualmente significativa para a ação bélica. Seu papel era fazer o reconhecimento da área para que se escolhessem os melhores caminhos ou para identificar o posicionamento de tropas inimigas, de criminosos ou de animais.

¹⁷ Silva, 1813.

A atividade do bombeiro se expressa melhor na descrição que o mesmo dicionário traz para o termo espia: “o precursor, que vai diante do exército espiar. Coisa que precede a outra subsequente; a sentinela avançada, que fica junto do campo inimigo”.¹⁸ Na bacia do rio da Prata a palavra se afastava de seu significado de gabinete para adquirir uso próprio. O bombeiro era aquele que se adiantava a uma patrulha ou destacamento para identificar a localização do inimigo, mesmo que tivesse de penetrar em territórios que respondessem a outro monarca. Este batedor tinha grande utilidade na vigilância aos domínios vizinhos, sendo responsável por obter informações e as comunicar aos seus superiores.

A menção aos bombeiros surge em inúmeros documentos. A 10 de novembro de 1801, quando ainda se viviam as tensões da guerra que resultou na anexação das missões orientais ao rio Uruguai, o comandante da fronteira do Rio Pardo, Patrício José Correia da Câmara, narrou ao Brigadeiro Francisco João Roscio, governador interino, ter tido confronto com uma força espanhola de setecentos homens. Tendo impedido que a mesma cruzasse o rio Santa Maria pôs, na manhã seguinte, bombeiros em seu encalço para descobrir onde havia acampado e se preparava emboscada. Os bombeiros portugueses “seguiram-lhe o rastro”, mas não os avistaram. Ao retornarem, informaram que os espanhóis “iam com tal precipitação que iam largando várias balas pelo campo, cuidando que para aliviar o peso dos carros”.¹⁹ Note-se que não dispomos do relato dos próprios bombeiros. O que é possível consultar é a carta do comandante, que exercia sua função ao fixar a informação em papel e repassá-la à autoridade superior. Esta condição se repete ao longo das demais missivas: há menções aos bombeiros, mas não material redigido pelos mesmos. É um indicativo de que faziam relatos orais. Talvez fossem pessoas sem alfabetização e extraídas de camadas subalternas da sociedade.

Em 29 do mesmo mês, Correia da Câmara informava que enviara o capitão Antônio Pinto da Fontoura com “dois subalternos e oitenta Dragões prevenido dos bombeiros competentes” a explorar a campanha. Neste segundo caso não eram os batedores meros guias da patrulha, pois esta serviria “de Proteção aos bombeiros para com melhor acerto procederem a exata investigação da situação do campo inimigo, e que emboscando-se em paragem própria ao dito fim visse se surpreendia alguma Partida, ou bombeiros inimi-

¹⁸ *Idem.*

¹⁹ *Carta de Patrício José Correia da Câmara a Francisco João Roscio*, 10 de novembro de 1801, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, fundo Autoridades Militares, AHRS-AM, maço 1, doc. 57.

gos”.²⁰ Os bombeiros adquirem relevância neste episódio, surgem como operadores específicos, sendo mencionados com destaque em relação ao corpo da tropa. O realce denota que embora mais de oitenta homens seguissem na diligência apenas alguns eram considerados aptos a agir como sentinelas avançadas, motivo pelo qual o autor os menciona à parte do corpo de soldados. A expressão “prevenido de bombeiros competentes” sugere um preparo cuidadoso referente ao objetivo da expedição, bem como a ideia de que nem todos os sujeitos estavam aptos a desempenhar a observação.

A partida portuguesa tinha dois objetivos. O primeiro, resguardar e proteger seus bombeiros para que avaliassem a situação da campanha a fim de atualizar o comando. O segundo era confrontar as partidas inimigas e/ou seus bombeiros, de modo a neutralizar os esforços espanhóis. É possível concluir que o expediente de vigilância era utilizado tanto por portugueses quanto por espanhóis e que era de tal forma útil que não somente se deveriam proteger os seus batedores como anular os do antagonista. O emprego de batedores por ambos os impérios sugere que tratamos aqui de uma cultura da guerra, um expediente militar em comum. Cabia aos vigias adiantados definir o melhor local para emboscadas, uma decisão que afetava o sucesso da missão. A guerra era também um jogo de informações: se um dos lados pudesse saber mais sobre o inimigo do que este sabia sobre si adquiriria vantagem tática.

A carta de 1.º de novembro de 1804 de Manuel Antônio Teixeira, oficial de patente desconhecida, revela que a atividade de bombeiro era relevante e recorrente o suficiente para receber verbo próprio, bombear. Recebendo ordem de sair em patrulha, ele o fez acompanhado de José Nunes e do Soldado Francisco Machado e “chegando aos Biscachinhos bombeamos a estância e aí tivemos fala com dois Peões que andavam no campo dos quais soubemos de certo a Armada se acha em uns Potreiros na Costa do Rio Araringuá”.²¹ Bombear, no contexto platino, não é “combater a praça com bombas”, como consta no citado Dicionário Moraes Silva, mas observar o que se passa, vigiar, perscrutar em território desconhecido ou inimigo.²² Esta busca por fatos e dados envolvia também questionar as pessoas da região, como os peões mencionados, por meio dos quais se obteve notícia que se julgava precisa.

A veracidade da notícia obtida junto aos peões era considerada confiável (“soubemos de certo”) devido ao modo como os dois teriam se tornado cien-

²⁰ *Carta de Patrício José Correia da Câmara a Francisco João Roscio*, 29 de novembro de 1801, AHRS-AM, maço 1, doc. 60.

²¹ *Carta de Manuel Antônio Teixeira a Joaquim Severo Fialho*, 1.º de novembro de 1804, AHRS-AM, maço 6, 14A.

²² Silva, 1813.

te do que informavam. Os peões sabiam onde se encontravam os espanhóis por que “andavam no campo”, do que se infere que avistaram as mencionadas tropas. Esta mediação na comunicação supõe diferentes graus de verdades ou diferentes marcas de enunciação de verdade. A diferenciação básica se daria entre aquilo que se vê e aquilo que se ouve, isto é, entre o conhecimento direto e indireto.²³ Essa condição, a princípio, coloca as informações obtidas junto aos peões em situação de reduzida confiabilidade, visto Teixeira, autor da carta, não as presenciar.

Entrementes, há que se considerar que a expansão da escrita vivenciada nos séculos XVII e XVIII não varreu a importância da oralidade. O ouvido e a marca de enunciação que lhe compete incidem sobre diferentes níveis de informação. Em um primeiro nível indica uma informação secundária do tipo “*eu não vi, mas ouvi eu próprio*”, que permite ao enunciador estabelecer proximidade com a informação, tendo-a obtido de alguém que de fato presenciou aquilo a que se reporta.²⁴ O segundo nível estabelece uma quantidade múltipla de intermediários identificáveis. No último nível a informação provém de fonte indeterminada, não sendo possível precisar quem, quando ou como foi produzida. O caso relatado por Manuel Antônio Teixeira se enquadra no primeiro tipo: ao ter consultado dois peões, que por andarem no campo julgava-se estar a par do que afirmavam, ele repassava uma informação que não havia testemunhado, mas que obteve por meio daqueles que o fizeram. O nível de credibilidade, portanto, era alto, o que se aprofundava ao explicar o grau de intermediação presente na comunicação. Este cuidado em indicar a origem da informação e emitir parecer quanto à sua credibilidade é recorrente em diversas missivas. Podemos afirmar que é uma constante.

Sobre a busca de notícias a respeito da mesma partida espanhola trata a carta de 10 de abril de 1805, do comandante Patrício José para José Inácio da Silva, ajudante de ordens do governador. Nela percebe-se como fluía a informação. Detectada “a notícia de que se encaminhavam para a costa de [rio] Santa Maria uma Grande Partida Espanhola” o tenente comandante da guarda portuguesa Nossa Senhora da Conceição, subordinado a Patrício, tratou de “expedir Bombeiros para a Campanha, a fim de ser inteirado com melhor certeza”, *i.e.*, com o maior apuro. Complementarmente

... fizera sair uma Partida de 12 homens com um hábil oficial Inferior a explorar aquela Campanha compreendida nos limites das ordens que tinham para ser defendida, e que a verificar-se a mencionada notícia, se achava ele pronto para sair com

²³ Hartog, 1999.

²⁴ *Ibidem*: 281.

o resto da sua Guarda, a encontrar-se com a Partida Espanhola no caso de que esta pretenda entrar nas possessões dos Territórios conquistados, e que faria ver àquele Comandante a infração com que por um tal procedimento pretendia alterar o sossego das duas Nações.²⁵

O tenente informou ao comandante Patrício o que havia operado e solicitou maiores instruções, “ao que lhe respondi que de modo algum consentisse a introdução da dita Partida Espanhola”. Caso não fosse possível deter a expedição deveria alertar os moradores da região para reunirem-se junto a ele tenente para protegerem-se e para engrossar as tropas enquanto milicianos. Temos aqui o tráfego completo: os bombeiros e as patrulhas coletam dados e informam o comandante da guarda, um tenente. Este presta contas ao comandante da fronteira, que escreve ao ajudante de ordens, que atualiza o governador. Se a autoridade maior da capitania julgasse necessário escreveria ao vice-rei, talvez solicitando reforços, talvez encaminhando informar instâncias ainda mais superiores.

Dispomos de somente duas datas do circuito e em pontos intermediários. O tenente escreveu ao comandante de Rio Pardo em 26 de agosto e este ao ajudante de ordens em 10 de setembro. Dada a relevância do tema —um possível ataque espanhol— podemos considerar que as cartas foram lidas e redigidas sem demora, o que gerou um intervalo de quinze dias. O trajeto realizado pelo rio Jacuí até Porto Alegre, residência do governador, não deve ter estendido o prazo em mais do que uma semana. Infelizmente não há como precisar o tempo empregado pelos bombeiros em suas investigações.

Não obstante a urgência acima, encontramos cartas nas quais se relata tranquilidade e ausência de notícias relevantes. Para afiançar a calma eles apontam que os bombeiros e patrulhas não ofereciam narrativas significativas. Se os informantes não eram utilizados somente em momentos críticos podemos conceber que havia regularidade no expediente de enviá-los a rondar os campos, o que demonstra preocupação constante com a vigilância e, novamente, relevante grau de confiança em seus relatórios.

A outra maneira de apurar notícias era recorrer aos espias, termo com sentido ambivalente. Primeiramente a palavra aproxima-se da expressão bombeiro, isto é, o vigia que circulava pelos campos espanhóis a fim de observar e transmitir relatos sobre os mesmos. O governador Paulo José da Silva Gama (1803-1809) menciona-os em uma de suas primeiras cartas ao secretário de Estado dos Negócios da Marinha e do Ultramar, Visconde de Anadia. Tendo

²⁵ *Carta de Patrício José Correia da Câmara a José Inácio da Silva*, 10 de setembro de 1805, AHRS-AM, maço 8, doc. 18.

tomado posse no dia 30 de janeiro de 1803 ele afirmava em 18 de fevereiro estar inteirado do que ocorria na fronteira “pelas notícias que me trouxeram os espias que tenho no campo espanhol e mesmo em Montevidéu; e com estas cautelas posso assegurar a V. Exa.”.²⁶ Novamente vê-se a referência a operadores encarregados de coletar o maior e mais completo número de informações, especialmente no que se refere às movimentações militares. O fato do governador mencionar a existência destes agentes passado menos de um mês de sua chegada ao Rio Grande de São Pedro indica novamente a estabilidade do serviço de inteligência. Por fim, destaque-se que a menção ao serviço de inteligência é que possibilita ao governador afiançar que tudo encontrava-se calmo. Valer-se dos espias é considerado prudente, cauteloso, opondo-se a um parecer apressado ou infundado.

A carta de Silva Gama entrevê o segundo significado atribuído à espia ao mencionar que eles atuavam na cidade espanhola de Montevidéu. As expressões espia e bombeiro aparecem de forma equivalente ao denominar os bateadores que se adiantavam às partidas. Um espia se compara a um bombeiro, como fica claro no verbete de Moraes Silva acima mencionado. Não obstante quando se tratava dos sujeitos que atuavam nas cidades hispânicas somente a palavra espia foi evidenciada. Tudo leva a crer que neste caso se trata de uma categoria específica de agente da informação, a qual se aproxima da definição que lhe faz Raphael Bluteau em seu *Vocabulário português e latino*: “O que anda desconhecido entre os inimigos, para descobrir os seus intentos, & para dar aviso aos seus”.²⁷ Trata-se da avaliação que Metcalf fez de seus mensageiros, atores históricos que circulavam por realidades distintas a fim de conectá-las.

Uma das menções mais claras ao uso destes espões data de junho de 1803, quando Manuel Marques de Souza, comandante da fronteira do Rio Grande, respondeu ao governador Silva Gama ter enviado a Montevidéu “um sujeito de confiança para observar os movimentos militares que fizerem os nossos confinantes sobre esta Fronteira”.²⁸ Tudo isso fora feito “Em conformidade das Ordens que tive de V. Exca.”, isto é, cumprindo determinações do governador e dando continuidade à rede de comunicação estabelecida. O escolhido era de confiança, de confiança, o que leva a crer que dispunha de credibilidade: suas informações seriam bem consideradas pela inteligência portuguesa. Entretanto, o agente temia por sua segurança, estava “receoso do grande

²⁶ Miranda y Bach, 2008: 29-31.

²⁷ Bluteau, 1728.

²⁸ *Carta de Manuel Marques de Souza a Paulo José da Silva Gama*, 6 de junho de 1803, AHRS-AM, maço 4, doc. 37.

crime, que lhe poderia resultar”, o que implica ilegalidade em sua atividade e exigia discrição e sigilo. O informante manteve-se de fevereiro a junho na cidade hispânica, quando “se recolheu a sua casa, não vendo ali, presentemente, movimento algum, talvez por ser Inverno”.

Indícios permitem inferir sobre a atuação do espia. Note-se que ele retorna “a sua casa”, não ao comando ou ao quartel. Faz sentido, pois não é descrito enquanto um militar, antes sim como “sujeito de confiança”. Uma vez que não é descrito como soldado, nem como miliciano, é concebível que tenha sido recrutado dentre a população civil. Sua estadia de alguns meses em Montevidéu pode se justificar por atividades comerciais, dado que era um entreposto importante para o comércio de longa distância. No final do XVIII a cidade foi tornada a base da esquadra espanhola do Atlântico sul e porto obrigatório de entrada e saída do rio da Prata. Significa que as embarcações que dirigiam suas mercadorias a Buenos Aires tinha de inevitavelmente aportar em Montevidéu, que a partir de então ascendeu a principal porto transimperial da região. De tal modo não eram incomuns navios de bandeiras portuguesa, inglesa, francesa, dinamarquesa e americana, mais um indicativo da dimensão atlântica da região.²⁹ Consequentemente, se o comandante Marques de Souza optou por um comerciante para o serviço de observador é porque sabia que, munido de passaporte oficial, sua presença passaria despercebida.

A carta revela ainda que, dado seu receio, o informante apenas aceitou a incumbência mediante pagamento de 32 mil réis mensais, os quais o comandante pagou do próprio bolso, talvez por se tratar de despesa extraordinária não prevista pela Fazenda Real. Por fim, Marques de Souza esperava novas ordens do governador: “devo ou não continuar a mandar este ou outro Homem de confiança para Montevidéu observar, no tempo próprio aqueles ditos movimentos”.³⁰ Portanto, finda uma investida de espionagem logo se discutia o início da próxima, confirmando sua recorrência e apontando que havia mais de uma opção de agente para as averiguações. É possível que o serviço fosse esporádico, não havendo uma classe de espões profissionais.

A preocupação de Marques de Souza em reaver o dinheiro investido nos espias é muito bem vinda, pois mencionando-o em diversas ocasiões ele apresentou o alcance temporal da prática de espionagem. Ao final da missiva anterior ele afirma que “esta despesa tem passado parte dela pela mão do sargento-mor Vasco Pinto Bandeira. Não falo naquelas outras que fiz antes da ordem de V. Exca.”, ou seja, havia mais agentes remunerados do que o men-

²⁹ Prado, 2009:137.

³⁰ *Idem.*

cionado na carta.³¹ Em novembro de 1804 um *post scriptum* esclarecia ao governador: “Exmo. Sr. a despesa que fiz no ano passado com Espias verdadeiros estou no desembolso dela”.³² Contudo, é a queixa de 6 de fevereiro de 1803 que assegura a longevidade da espionagem portuguesa na região. Afiançando fazer o possível para localizar a movimentação de tropas espanholas Marques de Souza encarregava-se de “indagar por toda a parte à minha custa, e do Major Vasco Pinto, a quem tenho encarregado; porquanto não consta até agora que a Fazenda Real pagasse semelhantes despesas (só em tempo que Governou o Ilmo. e Exmo. Sr. José Marcelino)”.³³ O mencionado não era outro senão José Marcelino de Figueiredo, que governara o Rio Grande de São Pedro entre 1769 e 1780. De fato, a Provedoria da Fazenda da capitania registrou o capítulo de uma carta de 19 de maio de 1772 do vice-rei Marquês do Lavradio (1769-1779) sobre as espias que são necessárias.³⁴ Tudo isso ocorrendo no intervalo 1763-1776, em que a fronteira foi sacudida por repetidas ações bélicas. O ano de 1777 assistiu tanto a assinatura da paz, como a nomeação de Manuel Marques de Souza e de Patrício José Correia da Câmara aos comandos das duas fronteiras. Dessa forma, a guerra setecentista forneceu o aprendizado dos meandros da rede de inteligência a nossos personagens. Marques de Souza, por exemplo, foi ajudante de ordens do governador Marcelino de Figueiredo e do general João Henrique de Böhm, encarregado da retomada da vila de Rio Grande em 1776. Nessa condição, estava a par das correspondências e dos relatórios dos demais oficiais militares, o que auxilia a entender a ascensão política e militar que vivenciou no início do XIX.

Nem todos que serviram à rede de comunicação tiveram a sorte do sujeito de confiança de Marques de Souza. Em agosto 1803 Patrício Correia da Câmara comentava ao governador que a reintegração de dois desertores ao real serviço justamente como “bombeiros da campanha” o alertava para a importância da remuneração, pois “sem ordenados correspondentes aos seus arriscados trabalhos não poderiam anuir com tais incômodos, em todas as ocasiões, sem grave prejuízo”.³⁵ O comandante reconhecia que a ação de batedor requeria habilidades especiais —a ponto de optar por desertores—

³¹ *Idem*.

³² *Carta de Manuel Marques de Souza a Paulo José da Silva Gama*, 25 de fevereiro de 1804, AHRS-AM, maço 6, doc. 13.

³³ *Carta de Manuel Marques de Souza a José Inácio da Silva*, 6 de fevereiro de 1803, AHRS-AM, maço 4, doc. 31.

³⁴ *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, 1995: 195.

³⁵ *Carta de Patrício José Correia da Câmara a José Inácio da Silva*, 3 de agosto de 1803, AHRS-AM, maço 5, doc. 26.

como o bom conhecimento do território, mas estava igualmente ciente dos riscos, notadamente, prisão. Garantia que os dois não se esquivariam das diligências “sempre que a ocasião, e tempo requeresse mais necessidade”, apenas salientava que a relevância da tarefa exigia “ordenados correspondentes”, prática comum a seu colega comandante da fronteira do Rio Grande. A escolha pela palavra ordenado denota um pagamento periódico, o que implica mais uma vez o uso de vigias avançadas como um ato constante e vimos que Marques de Souza se queixava de com frequência ter de arcar com a despesa. Entrementes, não se usa a palavra soldo, de caráter militar.

O aviso remetido pelo tenente Manuel Xavier de Paiva sobre “Felisberto Rodrigues do Carmo, que sendo por mim enviado (...) a explorar o Campo do Inimigo, nele foi preso com todo o seu armamento” apresenta um caso concreto em que a má fortuna vitimou um dos perscrutadores dos campos espanhóis.³⁶ Para driblar a captura alguns homens precaviam-se com disfarces.

Os bombeiros nomeados pelo Ilmo e Exmo Sr. Gal. Governador mando-os eu procurar para saírem nesta diligência não se encontraram por terem saído a outras obrigações, em tal caso me foi necessário pela falta deste fazer sair um cabo de Dragões com o melhor modo de disfarce para este dito fim. A este respeito ponha V. Mce. na presença de S. Exa. a necessidade que há de haverem bombeiros de praça que sendo estes bem pagos não haverá notícia alguma entre os nossos vizinhos que não sejamos participantes.³⁷

Caso as atividades de bombeiro e espia tenham sido esporádicas então elas representavam uma forma de complemento de renda para soldados e trabalhadores rurais. A recomendação do pagamento expressivo teria por objetivo, nesse sentido, atrair os bons olheiros e informantes.

Em carta de 1810 do governador Dom Diogo de Souza (1809-1814) a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, menciona-se o “Soldado da Legião desta Capitania Manoel Joaquim de Carvalho destinada a Montevideo com mascara de Comerciante Volante para semelhantes correspondências”.³⁸ O sistema de busca, coleta e repasse de informações dos portugueses em relação ao rio da Prata diversificou modos de atuação. Havia patrulhas, batedores e espões. Os dois últimos eram considerados funções específicas e extraordinárias, requerendo remunerações especiais para compensar os riscos assumidos. Cientes tanto da importância quanto do perigo de sua incumbência os espias evitavam

³⁶ *Aviso de Manuel Xavier de Paiva*, 7 de março de 1804, AHRS-AM, maço 5, doc. 1.

³⁷ *Carta de Patrício José Correia da Câmara a José Inácio da Silva*, 20 de março de 1804, AHRS-AM, maço 7, doc. 17.

³⁸ “Ofício de Dom Diogo de Sousa a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho”, 1923: 12.

suspeitas ao ocultar seus reais propósitos com disfarces que os permitiriam levantar os dados solicitados por seus superiores e dar início ao circuito informacional luso.

Iniciar o trajeto da informação, contudo, só faz sentido quando o mesmo atinge instâncias superiores. Vimos que os comandantes de fronteira e o governador da capitania eram atualizados pelos informantes e tomavam decisões com base nestes. A carta de Dom Diogo a Dom Rodrigo, por sua vez, permite ir um pouco mais longe. O governador esclarece uma série de pontos. O soldado Manuel Joaquim era um espião de Manuel Marques de Souza e fugira de Montevidéu, pois uma vez fora preso nela. Dom Diogo também comenta o recebimento de gazetas desta cidade e de Buenos Aires, as quais noticiavam a instabilidade no vice-reino espanhol, e o afastamento de tropas para o Paraguai ficando “Monte Vídeo mal guarnecida; que os Corpos quase se compunham de Oficiaes sem Soldados”. Dom Diogo expunha seu parecer balizado nas notícias que obtivera: a princesa Carlota Joaquina não tinha respaldo em sua pretensão de governar os domínios hispânicos e “A Independência divisional das Colonias Espanholas áde ser promovida não menos pela Fransa que pela Inglaterra”, pois estas operavam bloquear as investidas portuguesas na região platina.

Tudo considerado, Dom Diogo arquitetou seu projeto. Enviar a princesa Carlota ao Rio Grande de São Pedro sob alegação de cuidar da saúde (para o que se deveria forjar o parecer de uma junta médica). Dom Rodrigo acompanhar a princesa sob qualquer pretexto, mas no intuito real de orientar a reivindicação dos territórios platinos. Despachar três mil homens e cem mil cruzados. Dessa forma, se poderia “fazer declarar a Regencia da Princeza nos Territorios Espanhoes” unindo “alem do tom legal, o vigor energico que só se sustenta com a superioridade de um Exercito pronto a obrar”. O esquema não chegou a ser aplicado, mas permite entrever o quanto a ação destes informantes serviu de alicerce para arquitetar projetos que em muito superavam o alcance de suas ações.

OS VAQUEANOS

A terceira personagem mencionada nas correspondências sobre a vigilância da campanha é denominada vaqueano. O termo refere-se ao conhecedor dos caminhos.³⁹ Ele conhecia as distâncias mais curtas, os melhores pontos para atravessar rios e para montar acampamentos, reconhecia os acidentes

³⁹ Farinatti, 2010: 459. Alencastro, 2000: 89.

naturais e diferenciava as coxilhas. Em resumo, o vaqueano era o piloto da campanha. Aparece em diversas situações, como na carta do sargento-mor Vasco Pinto Bandeira, o qual ao buscar informações sobre a concentração de soldados inimigos em 1804 deparou-se com um espanhol estancieiro da costa do rio Negro, a qual dava conta do “Tenente de Blendengues Dom Inácio Muniz que se achava no Cerro Largo com um Sargento e um cabo e trinta soldados pouco mais ou menos e um vaqueano”.⁴⁰ Como os bombeiros o vaqueano é mencionado em destaque, pois cumpre papel particular, diferente do da soldadesca. A palavra soldado era utilizada para designar os integrantes mais elementares das forças militares de 1.^a linha, chamadas de tropas regulares ou tropas pagas. Eram o que no período mais se aproximava de um exército profissional. A segunda linha era designada de forças auxiliares e depois de 1796 de milícias. Eram constituídas por habitantes locais que prestavam serviço militar não remunerado com armas próprias. Seus integrantes eram designados por milicianos. Os vaqueanos mencionados não aparecem designados nestas categorias.

Não obstante, os vaqueanos compunham regularmente as partidas da fronteira. Patrício José Correia da Câmara menciona-os.

Ontem chegou a Patrulha que tinha ido encarregada de explorar a campanha, sendo cabo dela o soldado João Rodrigues Florêncio, o qual me dá parte ter sido certo terem os Espanhóis atacado a um toldo de Minuanos, e que só o cacique se escapou, e um Piá, tendo vindo de vaqueano da Partida um mulato que há pouco fugiu destes lugares, e é escravo de José Domingues.⁴¹

A carta trata do ataque espanhol aos minuanos, nação indígena não aldeada, que mantinha relações amistosas com os portugueses. Sua presença e participação complexifica a realidade estudada, convertendo a fronteira entre dois impérios ibéricos numa fronteira tripartida e acenando para o potencial de múltiplas interações culturais.⁴² É um caso de povos indígenas entre impérios (*in between empires*) em uma zona de fronteira (*border*).⁴³ Lembremos que os grupos europeu e ameríndio se subdividem em outras identidades. Os ibéricos dividem-se segundo seu monarca português ou espanhol. Os comerciantes que negociam em Montevidéu e Buenos Aires pulverizam-se em di-

⁴⁰ Carta de Vasco Pinto Bandeira a Manuel Marques de Souza, 6 de dezembro de 1804, AHRs-AM, maço 7, doc. 130.

⁴¹ Carta de Patrício José Correia da Câmara a José Inácio da Silva, 4 de junho de 1805 AHRs-AM, maço 8, doc. 15A.

⁴² Neumann, 2004.

⁴³ Adelman y Aron, 1999.

versas bandeiras, com especial destaque para os ingleses. Há por fim relatos de capuchinhos italianos que circulam pela região pregando, alvos da suspeita de militares lusitanos e hispânicos e interrogados quando de sua passagem.

O bloco indígena cinde-se em duas frentes. Há os que foram reduzidos às missões jesuíticas e catequizados, em sua maioria da nação guarani. Os trinta povos missioneiros da bacia do rio da Prata foram fundados e administrados pelos espanhóis, mas os sete deles a leste do rio Uruguai passaram ao controle português, quando em 1801 os guaranis amotinaram-se e praticamente convidaram os lusos a tomar posse do território. Na outra frente, temos povos não reduzidos com estilo de vida seminômade, que por sua vez se repartem em charruas e minuanos. A divisão entre guaranis e povos “infieis”, contudo, não determina as formas de atuação e as alianças estabelecidas pelos atores sociais indígenas.

Retornemos à missiva do comandante Correia da Câmara, que inteirou-se do que ocorria pelo relatório do cabo José Rodrigues Florêncio, possivelmente oral. Se o cabo tivesse redigido uma carta ou bilhete o mesmo seria provavelmente mencionado e anexado a fim de comprovar a informação. O vaqueano é referido quando se explica quem conduziu a partida espanhola: “um mulato que há pouco fugiu destes lugares, e é escravo de José Domingues”. O fato de revelar pouco sobre os soldados hispânicos, mas precisar quem era seu condutor atesta que este possuía importância singular. O fato de haver menos vaqueanos do que soldados os tornavam mais valiosos do que os últimos, tal qual vimos para os bombeiros. No episódio em questão deve-se considerar ainda que o homem que ajudara aos espanhóis era um criminoso aos olhos portugueses, um escravo fugido de seu senhor e refugiado nos domínios de Sua Majestade Católica, mas com bom conhecimento sobre a campanha.

Parece haver diferenciação entre o vaqueano e os soldados. Não há empecilho para que um soldado agisse como vaqueano, mas quando o fazia ele se destacava do corpo da tropa. Tanto o cabo Florêncio quanto o comandante Correia da Câmara fizeram questão de mencionar tudo o que sabiam sobre o homem que guiara os espanhóis. O detalhe era considerado relevante, pois era mencionado em carta dirigida ao governador. Ao fim e ao cabo sabemos quase nada sobre os atacantes em si, mas há minúcias sobre o vaqueano: cor, estatuto jurídico, sua condição de fugitivo, a que senhor pertencera. E sabia navegar pelos campos. Talvez tenha aprendido em suas lides de escravo, trabalhando como peão de estância e cuidando de rebanhos bovinos e equinos. Este conhecimento teria aumentado suas possibilidades de fuga.⁴⁴

⁴⁴ Ver o trabalho de Borucki, 2011.

A carta de 6 de agosto esclarece sobre a fusão de papéis. Diz Patrício José Correia da Câmara que o soldado João Soares matara um homem com uma facada e desertara para os “Domínios de Espanha, para onde era tão bom vaqueano, que no tempo da guerra serviu de bombeiro”.⁴⁵ Nota-se aqui três categorias diferentes: a de soldado, a de vaqueano e a de bombeiro. Um soldado poderia ser um bom vaqueano, servindo de guia, mas nem todos o eram. Os bons vaqueanos, por sua vez, seriam preferíveis a atuarem como bombeiros por conhecerem devidamente o terreno pelo qual se deslocavam. Em documentos anteriores esta fusão não é mencionada, pois as missivas falam em soldados que acompanham bombeiros. Estes poderiam ser tanto outros soldados quanto homens sem vinculação militar, como o escravo fugido que trabalhava para os espanhóis. De fato, são dois os casos em que fugitivos se incorporavam às tropas inimigas, o que sugere que o papel de vaqueano era ocupado muitas vezes pelos membros marginais da sociedade. Tanto é que a fuga enquanto criminoso não inviabilizava sua recolocação a serviço das forças opostas. Não é absurdo conceber que tais mudanças de lado tenham sido estimuladas.

O embate entre uma partida portuguesa e outra espanhola em 1804 nos apresenta dados sobre vaqueanos e bombeiros. O episódio foi sério o suficiente para que uma investigação fosse apurada, pois temeu-se que levasse à eclosão de uma nova guerra. Os depoimentos tomados permitem esclarecer os papéis desempenhados por guias e olheiros da campanha e aponta para sua extração social.

O alferes Francisco Barreto Pereira Pinto, cumprindo ordens, reuniu seus homens e “se pôs em marcha com a Partida que levava para Patrulhar os Terrenos Conquistados até o Serro de Jarau”, nos limites dos territórios anexados na guerra de 1801. Não se tratava, aparentemente, das missões de intrusão na porção espanhola, mas um reconhecimento e patrulhamento dos domínios da Coroa lusa. O grupo seguiu até a margem do rio Ibicuí, onde cruzou-o o “Natural do Povo de São Francisco de Borja, soldado da Companhia do Capitão do mesmo Povo, João Antônio Yaexaz por nome ou antonomásia Xará, a Bombear a Campanha”.⁴⁶ Novamente encontramos a expressão bombear em seu uso local, o de adiantar-se ao grupo principal para observar o que se passava. O batedor retornou “sem notícia alguma de Encontro” e a tropa marchou “na boa fé em que estava, pelas notícias que lhe deu o Bom-

⁴⁵ *Carta de Patrício José Correia da Câmara a José Inácio da Silva*, 6 de agosto de 1804, AHRS-AM, maço 7, doc. 7.

⁴⁶ *Declaração que tomo por Ordem do Sargento-Mor Comandante dos Sete Povos Orientais do Uruguai José de Saldanha*, 19 de novembro de 1804, AHRS-AM, maço 7, doc 31D.

beiro de não haver novidade na Campanha”.⁴⁷ O relato do cabo do regimento de Dragões, João José Nunes, integrante da partida, complementa o do alferes ao declarar que

O dito Alferes conservou sempre na dianteira da Partida dois Soldados Naturaes na distancia competente de se apreccatar, não só servindo de Bombeiros como de Vaquianos, e como estes lhe não davão parte de novidade alguma foi sempre seguindo na recta guarda dos ditos Bombeiros, pondo isto em pratica logo que passou o Ybicuy porque nunca Constou depois da guerra que passassem os Espanhoes para esta lado do Ybicuy.⁴⁸

Os bombeiros que prestavam o serviço de batedores eram indígenas das missões guaraníticas. Os dois serviam tanto como bombeiros quanto como vaqueanos, o que implica em duas funções diferentes, a de batedor e a de guia. O comandante, inteirado por seus agentes, ordenava que a patrulha seguisse pelos caminhos indicados.

A partida estacionou e acampou por uma noite na costa do arroio Yrapeuípe e no dia seguinte, dando por falta de um cavalo, pôs-se um dos indígenas da partida em perseguição do animal. Este “Natural” veio a encontrar cinco cavaleiros desconhecidos, o que o assustou “e perguntando o que lhe queriam nunca foi possível lhe dissessem, mais do que se chegasse para mais perto para conversar, e que este Natural receoso o quisessem matar, se escapou vindo trazer esta notícia à Partida”. Os portugueses decidiram por atacar e prender aos cinco anônimos, suspeitando serem contrabandistas, alvo de sua expedição. Os ginetes suspeitos

... depois de presos disseram eram Bombeiros de uma Partida de S.M.C. não dando demonstração alguma deste dizer ser verdadeiro, e menos acreditou o dito Alferes, pela suposição em que estava de serem Gaúchos, ou Salteadores, ser verdade o achar-se para diante a Partida donde diziam terem sido mandados a Bombeir...⁴⁹

Temos aqui outros bombeiros ou seriam apenas salteadores como julgara o alferes Francisco Barreto? O que seria uma demonstração “deste dizer ser verdadeiro” sobre serem bombeiros a serviço dos espanhóis? Que tipo de comprovação exigia o português? Note-se que há uma sobreposição possível:

⁴⁷ *Carta de Patrício José Correia da Câmara a José Inácio da Silva*, 6 de dezembro de 1804, AHRS-AM, maço 7, doc. 31A.

⁴⁸ Camargo, 2001: 327.

⁴⁹ *Carta de Patrício José Correia da Câmara a José Inácio da Silva*, 6 de dezembro de 1804, AHRS-AM, maço 7, doc. 31A.

salteadores e bombeiros podiam passar pela mesma coisa, eram grupos que se confundiam. Portanto, bombeiros e vaqueanos, podemos concluir, saíam do conjunto não-militar da população, extraídos de classes subalternas.

No dia seguinte os portugueses vieram a encontrar a partida espanhola de que seriam bombeiros os prisioneiros. Os comandantes de ambos os lados parlamentararam a respeito do ocorrido, mas o alferes Barreto Pereira Pinto havia despachado os prisioneiros para o Povo de São Borja, certo de que eram apenas assaltantes e bandoleiros. O tenente de Belendengues Dom José Rondeau sustentava que estavam a seu serviço, sendo batedores que se adiantaram ao corpo principal da partida para fazer o reconhecimento do caminho, da mesma forma que o alferes português ordenara aos seus. Rondeau retirou-se para junto de seu esquadrão em bons termos, mas sem solucionar o impasse. Naquela noite enquanto os vassalos de Portugal acamparam nas margens do arroio Yrapeuípe, os de Espanha se acomodaram junto ao Yarupá, “três léguas distantes uma da outra”.

No dia seguinte o soldado do Regimento de Dragões João José Pinto e o natural Eusébio encontraram cinco ginetes, que atravessaram o arroio Yarupá para falar com eles “e depois que chegaram a falar-se conheceram que eram quatro Espanhóis e um Negro por nome Gusmão, Vaqueano da mesma Partida”. Novamente há a diferenciação entre soldados e vaqueano, o qual é identificado pelo nome. Os espanhóis comunicaram ao soldado português que Rondeau desejava falar com seu comandante. Nesse interim o vaqueano Gusmão “particularmente chamou ao Natural Eusébio e lhe disse que fugisse da Partida para se não achar no ataque que seu Comandante Dom José Rondeau pretendia vir dar nessa noite a Partida Comandada pelo Alferes Francisco Pereira Pinto”. Eusébio, contudo, mostrou-se leal e comunicou ao seu alferes, que dispôs suas forças à espera do inimigo. O combate não se efetivou naquela noite.

Pondo-se em marcha pela manhã Francisco Barreto Pereira Pinto percebeu que a partida espanhola os acompanhava da distância de meia légua. O alferes parou sua gente, no que foi imitado pelos espanhóis e os comandantes dos dois lados encontraram-se outra vez para debater. Findas as conversações retornaram aos respectivos grupos e Francisco anunciou que seriam atacados, como de fato foram. O resultado da refrega foram algumas mortes de ambos os lados, além de feridos e dois oficiais espanhóis feitos prisioneiros pelos portugueses. O próprio Francisco Barreto foi alvejado no ombro ficando bastante ferido.

O primeiro ponto a destacar é o protagonismo dos vaqueanos e bombeiros. Sempre que um sujeito cumpre estas funções ele é mencionado de forma realçada frente ao conjunto dos soldados. Na passagem em que o soldado

português e o indígena Eusébio são abordados por cinco ginetes estes são identificados como “quatro Espanhóis e um Negro por nome Gusmão, Vaqueano da mesma Partida”. A diferença entre ser soldado e ser vaqueano surge mais uma vez, pois ao que tudo indica era realizada com frequência por não militares. Os primeiros espanhóis capturados não foram identificados como soldados, mas como bandoleiros, contrabandistas ou outro tipo de criminoso, o que reforça a leitura de vaqueanos e bombeiros pertencerem a grupos marginais da sociedade sulista.

Os prisioneiros espanhóis oferecem dados importantes. Um deles, Pedro José Romeiro, era natural do Povo de Santa Luzia de Corrientes e tinha praça de vaqueano das Partidas de Sua Majestade Católica. Segundo seu testemunho era um dos três que serviam na partida de Dom José Rondeau. A tropa espanhola foi avaliada em cem homens ou mais, o que oferece uma proporção de um para cerca de 33 soldados, ou seja, poucos eram suficiente para guiar muitos.⁵⁰ Quando um dos conhecedores de caminhos se adiantava era escoltado por quatro homens a fim de permanecer protegidos. Sem os vaqueanos que conheciam os melhores caminhos e saíam a “bompear” a campanha o avanço seria extremamente difícil.

O segundo ponto a destacar é o fato de que os vaqueanos identificados neste episódio são indígenas e um negro. Os primeiros eram retirados dos grupos missionários, convertidos e organizados segundo padrões europeus de trabalho. Aparentemente eram considerados melhores conhecedores do território, o que pode se justificar pelo fato dos soldados não serem necessariamente naturais da região. Muitos soldados regulares vinham de longe, sendo repetidas vezes transferidos ao longo dos impérios ultramarinos e dependendo do tempo em que serviam no extremo sul conheciam pouco ou nada daquela área. Esta opção também se estende aos espanhóis, visto se valerem de um “natural” de Corrientes, Pedro José Romeiro. Novamente, o vaqueano aparece como diferente dos soldados, pois quando um soldado espanhol foi interrogado sobre o avanço de sua partida comentou que se mantinham vigilantes por faltarem “os quatro Camaradas e o Bombeiro”, justamente os cinco inicialmente interceptados pelos portugueses. De um lado temos “quatro camaradas” que são reconhecidos enquanto soldados espanhóis; o bombeiro é colocado em categoria à parte, talvez por se tratar de um índio, mas vimos que esta ressalva era recorrente nos relatos.

Gusmão, vaqueano dos espanhóis, é designado como negro, enquanto os homens que o acompanham são denominados soldados. A função de vaqueano estaria reservada a homens de ascendência não-europeia? Gusmão era

⁵⁰ Camargo, 2001: 328.

negro e estava definitivamente ligado ao mundo escravo em algum grau. Seria um escravo fugido como o mulato anônimo descrito acima? Era um africano ou um descendente? É impossível no momento precisar, mas homem livre ou escravo Gusmão era um conhecedor dos caminhos da campanha. Como adquirira tal experiência? Teria sido um escravo campeador ou teria se tornado um “hombre suelto” após fugir de seu cativo, situação que o colocou em uma vida clandestina que o obrigou a conhecer os melhores pontos de deslocamento? O fato é que os conhecia, pois fora colocado a serviço dos espanhóis com esta finalidade indo à frente de uma centena de homens.

Aladrén debruçou-se sobre os vaqueanos considerando-os não apenas como guias, pois a palavra denota criminoso, aqueles que “viviam à margem dos poderes instituídos”.⁵¹

Eles eram absolutamente necessários, inclusive nas expedições militares oficiais, mas também podiam ajudar os contrabandistas e integrar quadrilhas de ladrões que circulavam pelas fronteiras. Muitos eram índios ou mestiços, que desde cedo perambulavam pelos territórios fronteiriços, sem servirem continuamente a um amo ou a uma nação. Sua prática nas lides campeiras e, sobretudo, seu conhecimento inigualável dos caminhos e do território, os tornavam valiosos para autoridades militares, chefes de bandos, contrabandistas e escravos fugitivos, que precisavam encontrar as passagens mais adequadas para cruzar a fronteira.⁵²

Enquanto tipos sociais podemos aproximar os vaqueanos aos mamelucos descritos por Vainfas, ou seja, homens mestiços que eram, sobretudo, híbridos culturais. Eles circulavam por espaços distintos, no caso baiano quinhentista a cidade e o sertão, no caso oitocentista platino a campanha e as povoações, mas igualmente através da fronteira política arbitrada pelos soberanos aos quais não seguiam continuamente. Estas condições marginais, contudo, eram indispensáveis para o funcionamento das duas realidades sociais.⁵³ Este cenário se repetiu na guerra contra os holandeses em Pernambuco, quando indígenas, mamelucos, negros e mulatos foram responsáveis por “descobrir e assegurar os caminhos”, além de “tomar rastros e descobrir as emboscadas”, da mesma forma como século e meio mais tarde vaqueanos e bombeiros o fariam no sul da América.⁵⁴ O serviço dos mesmos, segundo os cronistas da época, foi responsável por colocar os portugueses em vantagem frente a seus inimigos (embora estes não os tenham deixado de utilizar).

⁵¹ Aladrén, 2012:179.

⁵² *Idem*.

⁵³ Vainfas, 1995.

⁵⁴ Mello, 2007: 200.

Xará, Eusébio, Pedro José Romeiro, Gusmão, o mulato que fugira de seu senhor e o soldado João Soares se enquadram nestas descrições enquanto indígenas, mestiços, escravos fugidos, criminosos foragidos e soldados desertores. Estes vaqueanos comungavam um grau de marginalidade, estavam afastados em relação aos valores hierárquicos dos impérios ibéricos, mas eram fundamentais aos giros de suas tropas e patrulhas. Embora astrônomos, matemáticos e cartógrafos fossem enviados para realizar o reconhecimento da região, confeccionar mapas e determinar o local de depósito dos marcos dos tratados assinados na Europa nenhum oficial que servisse no extremo sul da América dispensava a orientação espacial prestada pelos mestiços e marginais. Os conhecimentos adquiridos empiricamente pelos habitantes da região representavam uma forma mais efetiva de controle e manipulação do espaço e seu deslocamento contínuo para ambos os lados da fronteira criava uma soberania fluida, baseada antes nas relações efetivas do que nos acordos dos centros europeus de poder.⁵⁵

Estes dados nos apontam para uma vibrante realidade social que escapa aos pilares formais do Atlântico ibérico. A realidade de vaqueanos e bombeiros supera os limites da capitania do Rio Grande de São Pedro e da Banda Oriental e integra o quadro mais amplo de um mundo plebeu, marginal e escravo, conforme aponta Lyman Johnson.⁵⁶ Trata-se de um mundo contido no Antigo Regime, mas que não se esgota no mesmo, visto que ostenta balizas próprias de funcionamento. A mobilidade espacial e social é intensa, fazendo com que pessoas, animais e mercadorias fluam constantemente. Junto com elas corriam notícias, informações, boatos, os quais seguiam seus cursos próprios, quer por suporte escrito, quer por oralidade. Conhecidos que se reviam trocavam novidades, navios que aportavam carregavam igualmente notícias e redes de comunicação diversas se entrecruzavam. Estas vozes do povo dificilmente podem ser acessadas diretamente pelo historiador, mas deixam alguns rastros que permitem entreouví-las: são redes de comunicação e espaços de opinião.⁵⁷

A atenção para com o murmúrio e com o que se dizia nas conversações triviais não era objeto de desdém para os comandantes portugueses. Patrício José Correia da Câmara recordou recomendações recebidas do falecido governador Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara (1780-1801) que o advertira a “não desprezar todos os meios de poder adquirir quaisquer notícias da parte dos Espanhóis para com elas se combinar a seriedade dos aconteci-

⁵⁵ Neste sentido ver Benton, 2012.

⁵⁶ Johnson, 2011.

⁵⁷ Darton, 2014. Guerra, 2002.

mentos, e cujas notícias ou verdadeiras ou ainda adulteradas deviam seguir à sua Presença”.⁵⁸ Outro oficial luso pensava de forma semelhante: “acho que não devem desprezar-se as ditas notícias, nem tão pouco a voz vaga e quase geral de que as intenções dos Espanhóis são de reconquistar estes Povos”.⁵⁹ Combinar e cruzar notícias era a forma de contornar a incerteza das mesmas, mas era uma tarefa que cabia menos aos oficiais militares do que aos governadores, que recebiam relatos oriundos tanto da fronteira do Rio Pardo quanto da do Rio Grande, podendo contrastá-los.

A tibieza nas informações obtidas nos retornam ao problema da credibilidade das notícias. A confiança pessoal nos informantes foi o marco usado pelos oficiais militares para verificar as notícias contraditórias ou sem confirmação. O sargento-mor Vasco Pinto Bandeira conta, certa vez, que se encontrava pronto a despachar uma patrulha quando chegou “o nosso Muniz a dizer-me que o Tenente-Coronel [espanhol] já saiu e traz oito peças de Artilharia cujo calibre ignora; e que isto soube por carta que veio no Correio”.⁶⁰ O desconhecimento sobre o destino dos espanhóis punha os portugueses em polvorosa. O mencionado Muniz serviu neste caso de mensageiro e é interessante notar que fora informado pelo correio, por carta. Vasco ponderou os dados que lhe chegavam e pôs-se alarmado: “Estas invariáveis notícias me fazem cada vez estar mais cuidadoso e inquieto, e principalmente sendo ditas por este que sempre me tem falado a verdade. Agora mesmo o despacho a ir encontrar essa gente e com a sua visita certificar-se do que trazem e o n.º da gente”. O “nosso” Muniz era, para Vasco, confiável por sempre falar a verdade. Possuía um histórico de bons serviços como informante. As notícias seriam, portanto, críveis já que Muniz gozava da confiança do oficial. Mais detalhes eram necessários e Muniz fora enviado a apura-los. Finalmente, Vasco solicitou ao comandante Marques de Souza passagem à povoação espanhola de Cerro Largo para “certificar-me da verdade destas notícias, e ainda até ontem fui convidado pelo Comandante para que lá fosse”. Sem alternativa o oficial viu-se compelido a verificar pessoalmente a precisão dos relatos que recebia.

Um último dado sobre o negro Gusmão chama a atenção. Um dos soldados portugueses afirmou que o negro se preocupou em notificar o natural

⁵⁸ *Carta de Patrício José Correia da Câmara a Francisco João Roscio, 27 de abril de 1802*, AHRS-AM, maço 3, doc. 35.

⁵⁹ *Carta de Joaquim Félix da Fonseca a José Inácio da Silva, 1.º de dezembro de 1804*, AHRS-AM, maço 4, doc. 13.

⁶⁰ *Carta de Vasco Pinto Bandeira a Manuel Marques de Souza, 6 de dezembro de 1804*, AHRS-AM, maço 7, doc. 130.

Eusébio do iminente ataque espanhol por serem cunhados. De duas, uma: ou o negro casara com uma indígena, irmã de Eusébio, ou este casara com a irmã de Gusmão, o que sugere um universo de convivências e trocas entre grupos étnicos. Novamente estamos falando do protagonismo de indígenas e afrodescendentes (escravos ou livres), os quais gozavam de redes de comunicação e espaços de sociabilidade próprios. Laços e vivências como os que foram responsáveis por organizar e efetivar revoltas escravas na Bahia e em Cuba.⁶¹ As redes sobreviviam à perseguição e vigilância das autoridades. No extremo sul da América o trabalho campeiro conferia o conhecimento sobre a região, além de propiciar meios para fugas de cativos. Ex-escravos atuavam como aliciadores de fugas, guiando para o outro lado da fronteira os que buscavam a liberdade.⁶² Consigo carregavam notícias que alimentavam as vozes vagas do povo, gerando um acúmulo de saberes paralelo ao dos arquivos das cartas militares, mas que as mesmas acionavam através de sua relação com vaqueanos e bombeiros.

O conhecimento entre o índio Eusébio e o negro Gusmão demonstra esta troca de contatos e experiências, que incluía seus conhecimentos de vaqueanos, meio marginais, meio a serviço das Coroas ibéricas. Talvez Gusmão fosse um dos “quatro mil homens que andam no campo pelas charqueadas e sem domicílio certo”, mencionados em carta do governador Paulo José da Silva Gama.⁶³ Ele então vagaria em busca de trabalho em estâncias, talvez efetuasse algum contrabando, mas neste momento servia junto à partida espanhola. Talvez algo semelhante se desse com os citados Xará, Eusébio e Pedro José Romeiro. É seguro afirmar, por consequência, que para estes homens a fronteira não estava fechada, nem significava ódio ao vizinho, por mais que as cartas dos comandantes a quem serviam estivessem permeadas de desconfianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os elementos apresentados permitem tecer alguns apontamentos. No primeiro nível das redes de comunicação ibéricas no extremo sul da América foi possível perceber que se valiam de dois agentes de coleta de informações, os espias e os bombeiros. Os primeiros atuavam em cidades, vivendo nelas por alguns meses ou as visitando regularmente. Ainda não é possível afirmar se

⁶¹ Reis, 2003. Childs, 2006.

⁶² Borucki, 2011.

⁶³ Miranda y Bach, 2008: 59.

utilizavam de um pretexto para realizar a espionagem ou se os comandantes solicitavam às pessoas que se deslocavam até Montevideu e Buenos Aires por motivos particulares para enviarem notícias sobre as forças nelas estacionadas. Qualquer que fosse o pretexto, eles cumpriam com a solicitação. Os espias requeriam remunerações, sabedores de que sua atuação era bastante importante aos comandantes de fronteira, seus principais interlocutores. O pagamento também servia de estímulo frente ao risco de serem apanhados, algo que podiam procurar driblar por meio de disfarces. Já os bombeiros eram batedores. Em algumas ocasiões eles apenas guiaram partidas militares. Em outras, as patrulhas tinham por objetivo localizar as forças adversárias e notificarem ao comando. Em ambos os casos não havia qualquer prurido de adentrar o lado adversário da fronteira, por mais que houvesse perigo de confrontos e aprisionamento.

Muitos dos bombeiros parecem ter sido também vaqueanos, isto é, homens que conheciam muito bem a região e seus caminhos, o que certamente faz sentido. Esta categoria incide sobre o conhecimento e manipulação do espaço, apreendidos por meio da experiência cotidiana. Percebemos a participação dos grupos menos favorecidos da sociedade: possivelmente estes vaqueanos oscilassem entre cuidar de suas pequenas propriedades, trabalhar em grandes estâncias, realizar contrabandos e outros crimes e servir às forças militares. Não raro seriam recrutados sob coerção.

Por fim, podemos notar os papéis específicos dos vários níveis da comunicação. Primeiramente temos os bombeiros, espias e vaqueanos cuja atividade procuramos elucidar neste artigo. Eram responsáveis pela obtenção em primeira mão de informações e seu repasse, muito provavelmente por relatos orais. A fixação no papel cabia aos oficiais militares, especialmente aos comandantes de fronteira. Foi a esta versão que tivemos acesso e que possibilitou o desenvolvimento da investigação. Os comandantes das duas fronteiras do Rio Grande de São Pedro administravam grupos de informantes próprios, que adentravam as áreas de controle um do outro. Não se encontrou menção de um mesmo espião ter informando a ambos, embora tenham obtido notícias de uma mesma movimentação militar espanhola por meio de diferentes canais. A multiplicação de entradas foi uma tônica do serviço de inteligência português, servindo para confirmar ou refutar notícias contraditórias ou incompletas.⁶⁴ Por fim, temos o governador da capitania, que atuava como o grande compilador das notícias, quer “verdadeiras ou ainda adulteradas” e ponto de contato com os poderes centrais da monarquia lusa, redigindo e enviando a versão definitiva aos administradores fora da capitania: o vice-rei no Rio de

⁶⁴ Comissoli, 2014.

Janeiro e a própria corte em Lisboa. O alcance da rede era bastante amplo, mas dependia sobremaneira dos índios, mulatos, soldados desertores reincorporados, práticos de campanha e sujeitos de confiança que permanecendo na maioria das vezes anônimos davam início ao circuito de notícias. Eram os que se deslocavam “a meio”, ou seja, entre impérios e entre a legalidade e o crime.

BIBLIOGRAFIA

- Adelman, Jeremy y Aron, Stephen, “From borderlands to borders: Empires, Nation-States, and the Peoples in between in North American history”, *The American Historical Review*, 104/3 (1999): 814-841.
- Aladrén, Gabriel, *Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)*, Niterói, tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2012.
- Alden, Dauril, *Royal Government in Colonial Brazil*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press, 1968.
- Alencastro, Luiz Felipe, *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, 1995.
- Benton, Lauren, *A Search for Sovereignty: Law and Geography in European Empires, 1400-1900*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010.
- Benton, Lauren, “Strange Sovereignty: The Provincia Oriental in the Atlantic World”, *El mundo Atlántico y la Modernidad Iberoamericana, 1750-1850*, vol. 1, México D.F., GM Editores, 2012: 89-107.
- Bicalho, Maria Fernanda, *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- Bluteau, Raphael, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...*, Coimbra, Collegio das Ates da Companhia de Jesus, 1712-1728, [versão online consultada em julho, 2014 <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/1/espia>].
- Borucki, Alex, *From shipmates to soldiers: emerging black identities in Montevideo, 1770-1850*, PhD Dissertation, Atlanta, Emory University, 2011.
- Camargo, Fernando, *O malón de 1801: a Guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional*, Passo Fundo, Clio Livros, 2001.

- Castillo Gómez, Antonio, “‘Como o polvo e o camaleão se transformam’: Modelos e práticas epistolares na Espanha Moderna”, Maria Helena Camara Bastos, Maria Teresa Santos Cunha y Ana Chrystina Venancio Mignot (orgs.), *Destino das letras: história, educação e escrita epistolar*, Passo Fundo, Editora da UPF, 2002: 13-53.
- Ceballos, Rodrigo, “Uma Buenos Aires Lusitana: A Presença Portuguesa no rio da Prata (Séc. XVII)”, *Mneme Revista de Humanidades*, 9/24 (Caicó, 2008): versão online consultada em agosto, 2014: http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais/st_suma_pg/st11.html].
- Childs, Matt, *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery*, Chapel Hill, North Carolina Press, 2006.
- Comissoli, Adriano, “Espadas e penas: o papel dos comandantes de fronteira nos circuitos de comunicação política da capitania do Rio Grande de São Pedro (século XIX)”, *Revista do Museu dos Correios*, 3 (Brasília, 2014): 11-29.
- Darnton, Robert, *Poesia e polícia: redes de comunicação na Paris do século XVIII*, São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- Farinatti, Luís Augusto Ebling, *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*, Santa Maria, Ed. da UFSM, 2010.
- Fragoso, João y Gouvêa, Maria de Fátima Silva, “Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII”, *Tempo*, 14/27 (Niterói, 2009): 36-50.
- Fração, Gabriel Almeida, *Amizade no papel: Antônio Vieira e suas relações de sociabilidade*, Niterói, dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.
- Guerra, François-Xavier, “‘Voces del pueblo’. Redes de comunicación y orígenes de la opinión en el mundo hispánico (1808-1814)”, *Revista de Indias*, LXII/225 (Madrid, 2002): 357-384.
- Hartog, François, *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.
- Hespanha, António Manuel, *As vésperas do Leviathan. Instituições e poder político. Portugal século XVII*, Coimbra, Livraria Almedina, 1994.
- Johnson, Lyman L., *Workshop of Revolution: Plebeian Buenos Aires and the Atlantic World, 1776-1810*, Durham, Duke University Press, 2011.
- Klebusek, Marika y Noldus, Badeloch Vera (eds.), *Double Agents. Cultural and Political Brokerage in Early Modern Europe*, Leiden/Boston, Brill, 2011.
- Mello, Evaldo Cabral de, *Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*, São Paulo, Ed. 34, 2007.
- Metcalf, Alida, *Go-betweens and the colonization of Brazil, 1500-1600*, Austin, University of Texas Press, 2005.

Miranda, Márcia Eckert y Bach Martins, Liana (coords.), *Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama 1808*, Porto Alegre, CORAG, 2008.

Neumann, Eduardo, “A Fronteira Tripartida: a formação do continente do Rio Grande, Século XVIII”, Cezar Augusto Barcellos Guazelli y Eduardo dos Santos Neumann (orgs.), *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004: 25-46.

“Ofício de Dom Diogo de Sousa a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho”, 16 de dezembro de 1810, *Revista do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*, 11 (Porto Alegre, 1923).

Prada, Natalia Silva, “Irish News in the New Spanish Kingdoms: Te Circulation of Political Information about William Lamport and Diego Nugent, 1642, 1667”, *Irish Migrations Studies in Latin America*, 7/1 (Wateford, 2009): 5-20.

Prado, Fabrício Pereira, *In the shadows of Empire: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de la Plata (c. 1750-c.1813)*, Atlanta, Ph.D. dissertation, Emory University, 2009.

Reis, João José, *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Santos, Marília Nogueira dos, *Escrevendo cartas, governando o império: a correspondência de Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho no governo-geral do Brasil (1691-1693)*, Niterói, dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2007.

Silva, Antonio de Moraes, *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado*, Lisboa, Typographia Lacerdina, 1813, [versão online consultada em julho, 2014, <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2>].

Vainfas, Ronaldo, *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Zientara, Benedikt, “Fronteira”, *Enciclopedia Einaudi*, vol. 14, Porto, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

Fecha de recepción: 16 de septiembre de 2014.

Fecha de envío de las modificaciones: 6 de julio de 2015.

Fecha de aceptación: 2 de octubre de 2015.

Bomberos, espías y baquianos: agentes de la comunicación política en el sur de la América portuguesa (Río Grande de San Pedro, s. XVIII-XIX)

La administración de los imperios de ultramar de la Era Moderna dependía en gran medida del mantenimiento de canales de comunicación entre sus diversas partes componentes. El artículo analiza la comunicación política de los portugueses en América, centrándose en espías que trabajaban en la cuenca del río de la Plata entre finales del siglo XVIII y principios del XIX. Evalúa así las modalidades de informantes y la logística utilizada, identificando y analizando el primer nivel de los operadores de la información, que atendían a los nombres de bomberos, espías y baquianos. La perspectiva inserta la actuación local en el amplio panorama de una historia Atlántica, estudiando los papeles de los agentes destinados a recoger y pasar información a comandantes militares y gobernadores, que configuraron una red de comunicación permanente y responsable de la producción de inteligencia a nivel inmediato e imperial.

PALABRAS CLAVE: *comunicación política; espionaje; frontera; imperio portugués; río de la Plata.*

Scouts, spies and vaqueanos: agents of political communication in southern Portuguese America (Rio Grande de São Pedro, eighteenth-nineteenth century)

The management of the overseas empires of the Modern Era relied largely on the maintenance of communication channels among its various component parts. The article analyses political communication for the Portuguese case in America, with an emphasis on spies who worked in the River Plate basin between the end of the eighteenth and the beginning of the nineteenth century. It evaluates the types of informants and the logistics involved, identifying and analysing the first level of information operators, known as scouts, spies and vaqueanos. The approach adopted places local action in the broader context of Atlantic history, studying the roles of agents responsible for collecting and passing on information to military commanders and governors who set up a permanent communication network that was in charge of producing intelligence at an immediate and imperial level.

KEY WORDS: *political communication; espionage; borderlands; Portuguese empire; River Plate.*
